

CONDICIONANTES DE CRESCIMENTO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE APICULTURA NA REGIÃO DO ARARIPE, PERNAMBUCO

Éder Lira de Souza Leão*
Lúcia Maria Góes Moutinho**
Maria Gilca Pinto Xavier***

Resumo

O presente artigo analisa questões relacionadas ao potencial de crescimento do comércio e produção de mel do Arranjo Produtivo Local (APL) de Apicultura do Araripe em Pernambuco e procura respostas para o seguinte questionamento: 1) Em que medida, o crescimento da produção de mel na região do Araripe em Pernambuco acompanhou a dinâmica das exportações brasileiras desse produto?; 2) Quais as contribuições das instituições públicas e privadas para o crescimento dessa atividade na região do Araripe?; e, 3) Quais os desafios com que o APL do Mel do Araripe se defronta atualmente? Adotou-se a perspectiva teórico-metodológica da Rede-Sist/IE/UFRJ adequada para estudos de casos de APLs e Políticas Públicas. Nessa direção desenvolveu-se uma análise descritiva apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, dados secundários pesquisados no IBGE, SECEX/MDIC, FAOSTAT e relatórios de instituições de pesquisa. Em conclusão, a pesquisa constatou que, embora haja condições favoráveis para o crescimento comercial e produtivo do mel, há entraves para inovação e a expansão deste comércio, principais condicionantes de seu crescimento, especialmente o externo, o qual se expressa em uma dinâmica modesta e inferior ao seu potencial, portanto, insatisfatória. Isto requer uma intervenção institucional mais efetiva com vistas à política específica para o APL, como: políticas de crédito e incentivo à inovação tecnológica para alcançar a qualidade do mel exportável certificado.

Palavras-chave: Apicultura. Arranjo produtivo local. Araripe. Mel. Exportações.

* Docente e pesquisador; Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco; Avenida dos Economistas, s/n, CCSA/UFPE – sala do NECSO, 50740-590, Cidade Universitária, Recife, PE; eder1983@gmail.com

** Doutorado em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas; Pós-doutora pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, 52171-900, Dois Irmãos, Recife, PE; luma121@hotmail.com

*** Doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Docente; Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, 52171-900, Dois Irmãos, Recife, PE; gilka.xavier@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Araripe é a região do Estado que se destaca entre as demais por melhores condições edafoclimáticas com capacidade de elevada produção de mel com alta produtividade. No entanto, enfrenta diversas barreiras redutoras de seu dinamismo em que pese ser a região pródiga em inovação e demais fatores intrínsecos ao desenvolvimento de outros arranjos produtivos locais, a exemplo do APL do Gesso, um dos mais dinâmicos do Estado de Pernambuco. Ao lado deste, o APL do mel não demonstra tal dinamismo embora se suponha que tenha potencial para tanto. O presente artigo analisa questões relacionadas ao potencial de crescimento do comércio e produção deste outro APL daquela região e procura respostas para o seguinte questionamento: 1) Em que medida, o crescimento da produção de mel na região do Araripe em Pernambuco acompanhou a dinâmica das exportações brasileiras desse produto?; 2) Quais as contribuições das instituições públicas e privadas para o crescimento dessa atividade na região do Araripe?; e, 3) Quais os desafios com que o APL do Mel do Araripe se defronta atualmente? Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho encontrou apoio na produção da RedeSist/IE/UFRJ em seus estudos de casos de APLs e Políticas Públicas. Nessa direção, desenvolveu-se uma análise descritiva apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, dados secundários pesquisados no IBGE, SECEX/MDIC, FAOSTAT e os relatórios de diagnóstico e pesquisa do Governo do Estado de Pernambuco e do Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (CHAPADA).¹

Considerando a importância econômica, política, social e ambiental da Apicultura na região pernambucana do Araripe, o apanhado dessas reflexões iniciais motiva o levantamento de um diagnóstico do aglomerado produtivo que pode ser utilizado em outros estudos e pesquisas científicas que visem a apoiar os atores do APL e que tenham interesse em participar ou mesmo promover políticas e ações com vistas ao desenvolvimento local. Para tanto, assume-se inicialmente que: 1) as condições do crescimento econômico de uma região, dentro de um contexto de “[...] proximidade geográfica entre firmas em aglomerações produtivas” influenciam a renda e o emprego do trabalhador, como também a sustentabilidade da atividade (VARGAS, 2002, p. 7); e 2) como explica Souza (2008), o crescimento precede o desenvolvimento, sendo uma condição indispensável, mas não suficiente.

O artigo está estruturado em cinco seções além dessa introdução. Na primeira seção com uma breve descrição do percurso metodológico para ob-

tenção e análise dos dados. A segunda parte descreve o cenário da produção de mel no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco. Na terceira parte são destacados os antecedentes históricos e a formação da atividade apícola no Brasil e no Sertão do Araripe, em Pernambuco. Em seguida, procura-se entender a formação e o funcionamento do ambiente institucional do território do Araripe, dando destaque para políticas que norteiam e fortalecem o arranjo. A seção cinco analisa os obstáculos para o desenvolvimento do APL. Em continuidade, também, é estudado o comportamento das exportações de mel e sua comparação com a evolução da produção. Por fim, a última seção traz algumas breves conclusões a respeito das questões destacadas no trabalho.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como mencionado anteriormente, o presente artigo analisa o potencial de crescimento do comércio e produção do APL do Mel da região do Araripe e busca respostas para os seguintes questionamentos: 1) Em que medida, o crescimento da produção de mel na região do Araripe em Pernambuco acompanhou a dinâmica das exportações brasileiras desse produto?; 2) Quais as contribuições das instituições públicas e privadas para o crescimento dessa atividade na região do Araripe?; e, 3) Quais os desafios com que o APL do Mel do Araripe se defronta atualmente? Dos ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho encontrou apoio na produção da RedeSist/IE/UFRJ em seus estudos de casos de APLs e Políticas Públicas.

O método para coleta foi bibliográfico e documental e a análise de dados de forma descritiva. A pesquisa se apoia nos dados secundários das principais bases de informações oficiais acima mencionadas para o Estado de Pernambuco sobre o consumo, produção, exportações e importações do mel entre 1989 e 2010 e da evolução da produção do mel de Pernambuco por mesorregiões e microrregiões do Sertão no período de 2003–2010. Particularmente e coerente com o objetivo de pesquisa, o mel foi o produto estudado, pois os demais produtos derivados (própolis, cera, pólen, geleia real e apitoxina) da atividade apícola não possuem bases de dados disponíveis para consulta, além de que suas produções são incipientes (ou inexistentes), especialmente para os apicultores familiares que possuem pouco ou nenhum acesso as tecnologias de produção desses outros bens.

As bases conceitual e analítica deste trabalho sobre aglomeração produtiva e arranjo produtivo local parte dos estudos da RedeSist/UFRJ, Erber (2008) e Paiva (2002); em consonância, os dados secundários para análise dos panoramas internacional, nacional, regional e local da apicultura foram

coletados junto a fontes institucionais importantes. Para dados sobre produção nacional, regional e municipal de mel, utilizou-se a base da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE e para dados de exportação e importação de mel trabalhou-se com o Sistema e Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE-Web) da Secretaria de Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC) e dos dados estatísticos do FAOSTAT da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Além dessas, foram fundamentais os relatórios de diagnóstico e pesquisa do Governo do Estado de Pernambuco e do Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (CHAPADA), organização que atende aos apicultores familiares deste território, entre outras publicações científicas para traçar o histórico e o diagnóstico do APL, bem como para verificar o panorama das políticas e ações institucionais.

3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PRODUÇÃO DE MEL

Nas duas últimas décadas, o agronegócio do mel² aumentou as áreas produtivas e o número de países exportadores; e também sua importância no mercado mundial de alimentos se ampliou. Entre os motivos, o aumento nesse período da demanda por produtos orgânicos,³ mas, inclusive, por uma mudança no cenário do mercado, modificado por crises de oferta. Entre os países que emergiram no mercado internacional como importantes exportadores, o Brasil – com uma produção pequena frente aos principais produtores – desponta com um rápido crescimento, embora esse produto não seja tradicional no mercado agropecuário brasileiro, pois até o fim da década de 1990 importava apenas para garantir sua demanda interna, cenário hoje invertido.

A região Sul do Brasil é a maior produtora nacional, com 43,5% de participação em 2010 (IBGE, 2010), território com maior tradição na atividade apícola, por ter sido o espaço de introdução dos primeiros enxames para atividade comercial, como também as colonizações italiana e europeia de modo geral trouxeram a cultura e as técnicas (BARROS, 2005).

No entanto, entre as regiões brasileiras produtoras de mel, o Nordeste é a que mais se destaca, com 34,5% de participação na produção nacional em 2010, por ter aumentado o espaço de sua produção, amplo e de condições bastante favoráveis, e também sua produtividade, de grande potencial (IBGE, 2010). Entre 1994 e 2004, o Nordeste elevou sua produção de mel em quase seis vezes (IBGE, 2004). O principal destaque desse crescimento é o Estado de Pernambuco, quarto maior produtor do Nordeste; seu ritmo de crescimento foi mais acelerado do que o do Piauí, Ceará e Bahia. Pernambu-

co incrementou sua produção em aproximadamente dez vezes, entre 1994 e 2004; já entre os três maiores produtores do Nordeste, a média ficou em aproximadamente quatro vezes e meia (IBGE, 2004).

O Nordeste, especialmente o Semiárido, dispõe de espaços com flora diversificada e pasto abundante, e também clima quente, fatores importantes para criação apícola, e que, somados ao manejo migratório, possibilitam a produção contínua durante o ano e principalmente a alta qualidade do mel (ARAÚJO, 2006). Ressalta-se que embora o clima do semiárido diminua a incidência de algumas pragas e doenças, ainda assim, esse aspecto não é uma condição indispensável para produzir, pois a região Sul brasileira, de clima temperado apresenta alto nível de produção.

Em Pernambuco, a Apicultura, criação racional de abelhas de ferrão, e a Meliponicultura, criação racional de abelhas nativas sem ferrão, estão presentes nas regiões Metropolitanas, Zona da Mata, Agreste e Sertão. No último registro da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (2010), a produção de mel no Estado de Pernambuco foi de 2.094,4 toneladas em 2010, 5,5% da produção nacional, que foi de 38.017,4 toneladas. A região do Araripe, microrregião de Araripina, é o principal destaque, com 74,5%, 1.560,1 toneladas da produção no mesmo ano em Pernambuco; nesse território, o que mais se destaca é o município de Araripina, que produziu 655 toneladas de mel, 31,3% da produção estadual (IBGE, 2010). O valor bruto da produção de mel para o Estado foi de R\$ 11.107.000,00, confirmando grande potencial econômico para a região.

Essa atividade em Pernambuco, principalmente no Sertão do Araripe, ganha força pela diversidade da flora, com destaque para a vegetação da caatinga. A área é isenta de pesticidas, contrastando com a mesorregião do São Francisco e com a Zona da Mata, onde há o risco de absorção dos pesticidas pelas abelhas a partir das lavouras irrigadas da fruticultura e do cultivo da cana-de-açúcar, respectivamente. Paula Neto e Almeida Neto (2006) ressaltam que a atividade contribui para a sustentabilidade de uma região ao gerar trabalho e renda para produção familiar e preservar a vegetação nativa, além de estar consoante com a formação de organizações coletivas como associações e cooperativas. Sua vantagem está também na possibilidade de os agricultores que sofrem com perdas anuais de lavouras poderem retirar parcial ou totalmente seu sustento a partir da produção de mel (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

4 CARACTERIZAÇÃO DO APL DE APICULTURA NO ARARIPE, PERNAMBUCO

Para compreender como a Apicultura no Araripe se configura como um APL, é preciso enxergá-la como mais do que uma atividade econômica que aglomera vários empreendimentos em um mesmo local, e é necessário analisar como as “[...] forças sociais cooperam com as econômicas.” (MARSHALL, 1996, p. 321).

Para a RedeSist, onde houver empreendimentos, empresas e indivíduos concentrados em determinado local ou região, haverá sempre um arranjo em seu entorno, relacionando atores, agentes e atividades econômicas de interesse mútuo. A partir dessa abordagem, são identificados diversos tipos de APLs, porém as várias instituições que os apoiam e assessoram, conceituam e utilizam critérios diferentes para atuar em um território (LASTRES; CASSIOLATO, 2004).

Os arranjos produtivos agregam “[...] trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais.” (LASTRES; CASSIOLATO, 2004, p. 4) relacionadas com os atores e as atividades sociais, culturais, políticas e econômicas comuns. Esses APLs desenvolveram elementos que propiciaram sua integração e seu crescimento como interação, cooperação, capital social e confiança entre os atores.

A geografia do território e a trajetória histórica do APL explicam em parte sua formação, aglomerando empresas, que, em um contexto de proximidade, ganham economias externas; além disso, o ambiente torna-se muito importante por atrair clientes em busca dos melhores preços e dos melhores trabalhadores especializados que buscam emprego nas diversas firmas instaladas (PAIVA, 2002). Nesse ínterim, o território passa de uma aglomeração de empresas para um arranjo de produção local, aproximando os empreendimentos, clientes e empresas a montante e a jusante, como também outros atores que, por meio desse círculo virtuoso, atuam no fomento às políticas e ações de promoção do desenvolvimento do local, que remetem às trajetórias plurais, transversais, cumulativas e historicamente construídas pelas relações e interações dos sujeitos (atores sociais e políticos) com os mercados e as instituições, e não somente para o crescimento da produção e dos empregos (PAIVA, 2002; GUIMARÃES et al., 2005).

Os primeiros registros sobre introdução de abelhas no Brasil datam da segunda metade do século XIX, importadas pelos Jesuítas para as missões às margens do Rio Uruguai (Sul do Brasil) e pelo Imperador Dom Pedro II, que, por meio de um decreto, o primeiro marco legal da apicultura, trouxe-as para a província do Rio de Janeiro, em 1839. Há diversas controvérsias quanto à origem e à disseminação da atividade apícola no Brasil, mas sabe-

-se que a introdução de abelhas italianas no país ocorreu nos anos 1940, e a das africanizadas no Nordeste, durante a década de 1960 (BARROS, 2005; PAULA, 2008; ROCHA, 2008). Depois dos anos 1970, a atividade apícola no Brasil cresce com o envolvimento conjunto de pesquisadores, empresários e governo, no intuito de resolver os entraves do desenvolvimento da apicultura, particularmente a africanização no Nordeste (ROCHA, 2008). Esses avanços iniciais trouxeram ao Nordeste o desenvolvimento institucional para criação racional de abelhas. No Estado de Pernambuco, iniciou-se pela criação da Cooperativa dos Apicultores de Pernambuco (CAPEL), em 1967, primeira cooperativa do Brasil (PERNAMBUCO, 2008; ARAÚJO, 2006). Porém, o Estado do Piauí obteve maior sucesso no desenvolvimento da atividade apícola, tornando-se destaque nos anos 1980; atualmente é o líder de produção e o segundo maior exportador do Nordeste (IBGE, 2010; SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2010).

Após a criação da CAPEL, em Pernambuco, as primeiras políticas para o Estado viriam em 1977 pelo Projeto Sertanejo/SUDENE, primeiro programa de apicultura do Governo Federal e que introduziu a cultura apícola na região e, em 1988, pelo Programa de Expansão da Atividade Apícola do Estado de Pernambuco (PROMEL). Este marcou a presença do Governo Estadual na promoção da apicultura, cujo resultado foram apenas duas exportações, em 1989, 252 toneladas, e em 1991, 16,8 toneladas; o Estado retornaria a exportar novamente em 2006, quinze anos depois (SECEX/MDIC, 1989-2006; PERNAMBUCO, 2008). Esses projetos também foram fundamentais para instalar e organizar apiários e formar associações e cooperativas na região do Araripe.

Mas a atividade apícola na região do Araripe, escopo deste estudo, expandiu sua atividade a partir da ampliação desse mercado no Piauí, fato justificado por essa região estar próxima dos principais arranjos produtivos de mel piauienses (ARAÚJO, 2006). Essa proximidade permite aos apiários piauienses migrar pela Chapada do Araripe, principalmente na área que fica no território pernambucano; essa característica do manejo apícola no Nordeste é fundamental para diferenciá-la da produção no Sul e destacá-la como produto orgânico, inclusive por ser a qualidade do mel considerada excelente e por promover vínculos sociais mais solidários (PAULA NETO; ALMEIDA NETO, 2006). No Sul, a alimentação é em grande parte artificial devido aos períodos de inverno.

O trajeto histórico da apicultura nessa região culmina na formação do espaço geográfico, localizado no Sertão de Pernambuco, sendo consti-

tuída por dez municípios: Araripina, Bodocó, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade, abrangendo uma área de 11.969,5 Km², e conta com uma população de 218.538 habitantes (IBGE, 2000). Essa demarcação da escala espacial do Araripe é analisada como uma definição do Governo de que o Local seria, então, uma apreensão sobre um emaranhado de conceitos e significados que algumas vezes tornam-se contraditórios, mesmo remetendo à ideia de lugar ou espaço territorial limitado (VAINER, 2002). Portanto, quando observada a dinâmica histórica, esta é passível de modificação, ou mesmo, de uma nova definição pelas pessoas e pela cultura, elementos importantes na identidade do lugar.

Seguindo a caracterização do espaço, um corte sobre a socioeconomia dessa mesorregião é imprescindível para a referência da análise do estudo, tendo em vista a necessidade de apresentar seu potencial para a economia do Estado. O Araripe tem 218.538 habitantes, 3,5% da população do Estado, e seu PIB representa 1,6% do PIB Estadual. O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,620, abaixo do de Pernambuco (0,705). No entanto, o IDH da cidade polo⁴ de Araripina é de 0,747. A renda per capita é de R\$ 2.600,00 por ano, enquanto para Pernambuco é de R\$ 5.700,00. O PIB é de R\$ 419.957,00. As principais cidades com atividade apícola são: Araripina, Trindade, Ipubi e Bodocó (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2008).

A principal atividade econômica da região é a exploração da gipsita no chamado Polo Gesseiro do Araripe, que detém 40% das reservas mundiais e atende a 95% da demanda nacional. Além da extração do gesso, e da apicultura, a economia local é constituída por atividades como: artesanato, mandiocultura, ovinocaprinocultura e exploração dos recursos florestais, como matriz energética (PERNAMBUCO, 2007).

O crescimento da atividade apícola na região possibilita a conservação da flora e da vegetação nativas do Araripe, consumidas indiscriminadamente como lenha, recurso energético florestal, pelos empreendimentos da atividade gesseira. Esse consumo de recursos energéticos florestais na região do Araripe, em 2004, pelas calcinadoras de gesso, foi de 1.215.858 de estéreo de lenha por ano, st/ano, o que corresponde a 92% do consumo de todo o Estado, equivalente ao corte de 75.205,63 ha de floresta nativa (PERNAMBUCO, 2007). Os municípios de Araripina, Trindade e Ipubi respondem por 98,3% dessa demanda de energéticos florestais. Os três municípios são também os principais produtores de mel do Estado; observa-se que o APL

do Gesso pode gerar externalidades negativas para o APL de Apicultura, se houver extração de lenha nos pastos apícolas.

Contudo, o aumento da produção e da importância da produção de mel da região tem estabelecido ações e políticas para o manejo sustentável dos recursos florestais, criando áreas para produção de lenha renovável, aumentando o controle sobre a degradação ambiental. Tais esforços têm a iniciativa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma) do Governo do Estado de Pernambuco, que está desenvolvendo o projeto de Proteção Ambiental da Região do Araripe, com investimentos do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA II) e com recursos do Banco Mundial. Mas também a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os empresários, as prefeituras e as ONGs buscam alternativas ao consumo de lenha, como o consumo de gás natural, por meio da construção de um gasoduto para suprir a demanda dos empreendimentos do APL do gesso (PERNAMBUCO, 2003; PATRIOTA, 2009).

A apicultura torna-se uma importante alternativa econômica para o desenvolvimento do semiárido, principalmente por congregar características singulares em seu desenvolvimento produtivo, como a diversidade de produtos derivados do manejo, mel líquido, cera, própolis, pólen, geleia real e apitoxina, e a polinização das flores da vegetação nativa. Em vez de ser uma atividade econômica competitiva, ela se torna complementar às outras atividades desenvolvidas em uma mesma propriedade, principalmente na criação de animais ruminantes, caprinos e ovinos, e na produção agrícola (SILVA, 2008).

5 AMBIENTE INSTITUCIONAL E POLÍTICAS

As várias políticas e ações implementadas por diversas instituições públicas e privadas, por vezes não são articuladas ou adequadas para o desenvolvimento dos diversos APLs no Estado. Cada agente busca, por meio de diferentes instrumentos e metodologias de monitoramento e avaliação, selecionar, identificar, avaliar e apoiar os APLs, assim como definir que atores pertencem a esses arranjos. A falta de convergência dessas ações e políticas institucionais dificulta a identificação de APLs, bem como o efetivo apoio às suas principais necessidades.

No Brasil, as políticas de apoio ao desenvolvimento local têm incorporado de forma crescente o conceito de Arranjos Produtivos Locais, APLs, considerando-os uma abordagem estratégica para o desenvolvimento da base econômica e social local (PAIVA, 2002). A análise desses esforços mostra que avanços expressivos foram realizados. Porém, ao mesmo tempo, indicam a existência

de algumas limitações, cuja superação propiciará que se avance ainda mais. Por exemplo, por focalizarem apenas aglomerações, clusters, setoriais, as ações de política acabam desperdiçando grande parte das vantagens da visão sistêmica.

Um fator importante para um APL é a eficiência coletiva por meio das externalidades, ou economias externas, descritas pelo economista Alfred Marshall como relações recíprocas entre empresas e instituições que não são precificadas, que por sua vez poderá ser elemento de confiança, característica inerente à formação de capital social, ou seja, os vínculos sociais em um arranjo partem de uma organização não mensurável (ERBER, 2008).

No Território do Araripe, é crescente a visibilidade que o APL da Apicultura promove por meio de encontros, festivais do mel e outras ações que debatem questões relativas ao desenvolvimento do arranjo. Consta-se que, em todos os municípios da região, os apicultores estão organizados em associações e cooperativas, articuladas em fóruns e federações constituídas por associações e órgãos públicos e privados. A organização associativa e empreendedora para gestão do processo de desenvolvimento do APL na região se constitui em uma diretriz importante do processo de desenvolvimento territorial. Essas instituições, como o Sebrae, a Embrapa, a Codevasf e vários ministérios, MAPA,⁵ MCT,⁶ MDA⁷ e MI⁸, estão trabalhando junto a essas associações, cooperativas e a esses empreendimentos apícolas, na forma de apoio ou parceria. Essa atuação cooperada “[...] permite ganhos de escala, intercâmbio de conhecimento e facilidades de acesso a crédito.” (BUAINAIN; BATALHA, 2007, p. 116).

Os diversos atores de políticas e ações no Araripe são fundamentais para o estímulo e a organização da produção apícola. A formação e a transmissão de conhecimento são realizadas por intermédio de capacitações e treinamentos promovidos pelo Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe, Sebrae, PE, Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA),⁹ ONG Chapada e Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR),¹⁰ entidades muito ativas, por também promoverem o acompanhamento e o assessoramento aos empreendimentos e aos apicultores familiares. Mas, o Sebrae-PE tem participação decisiva na estruturação setorial desse arranjo, com a execução do Projeto de Integração da Cadeia Produtiva da Apicultura na Região Nordeste do Brasil, Apis Nordeste; entre as principais ações realizadas e em andamento estão a criação de uma entidade chamada União Nordestina dos Apicultores (Unamel), para articular parcerias e a implantação do PAS Mel, Programa Alimentos Seguros, que poderá possibilitar um viés para a cadeia produtiva do mel. Além dessas, estão sendo executadas capacitações, oficinas, visitas técnicas e eventos, como momentos para transmissão

do conhecimento. Outras ações promovidas pelo APIS NORDESTE como: elaboração de relatórios, mapeamento da flora apícola das regiões, criação de dados da apicultura e promoção de ações intersetoriais, farmacêuticas, alimentícias, cosméticas, visam a promover novas políticas e ações nos territórios apícolas, como também verificar a situação de cada APL no Nordeste, como os gargalos e as diferenças de desenvolvimento. Em Pernambuco, o Apis Araripina, a Associação dos Apicultores de Araripina e a Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores da Região do Araripe (COOAMPIS), são os estabelecimentos assistidos no Estado por esse projeto (SEBRAE, 2008).

Os apicultores familiares e empresários contam com o financiamento de importantes instituições que concedem crédito e também assessoramento, como o Banco do Brasil, por meio de planejamento de ações de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por meio do PRONAF,¹¹ que possui linhas específicas para agricultores familiares e produção agroecológica.

Também são desenvolvidas pesquisas científicas na região em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA e o Instituto de Tecnologia de Pernambuco; este por meio da instalação do Centro de Vocação Tecnológica da Apicultura no município de Trindade.

Organizações da sociedade civil, como o Caatinga e o Chapada, estão entre as principais incentivadoras desse processo de manejo e produção de mel, principalmente por se tratar de um produto orgânico. Vários pequenos produtores familiares foram capacitados em cursos e oficinas nas práticas da cultura agroecológica, inclusive na criação apícola, por se tornar uma atividade complementar e também prioritária na produção familiar. Também foram capacitados e orientados como organizar associações e cooperativas, e continuam sendo acompanhados por técnicos e assessores dessas e de outras entidades.

As entidades do APL de Apicultura do Araripe vêm atuando com mais força com a presença articuladora do Pacto da Apicultura do Sertão do Araripe, um fórum permanente que está permitindo às lideranças locais atuação de maior abrangência no desenvolvimento local e da atividade apícola.

Essas instituições buscam melhorar e aumentar a produção, bem como o acesso e o consumo desses alimentos produzidos localmente e manejados de forma sustentável, fortalecendo o arranjo e melhorando a qualidade de vida dos apicultores familiares. A atuação dessas entidades e políticas no território contribuiu para o avanço da produção de mel e também para seu reconhecimento como arranjo produtivo local.

Todavia, ainda carece de mais investimentos, principalmente na área de inovação tecnológica e infraestrutura. Os apicultores aproveitam apenas o mel; os produtos, própolis, geleia real, pólen, apitoxina e cera não são aproveitadas por falta de conhecimento e treinamento. Além disso, muitos produtores familiares não dispõem de todos os equipamentos necessários, e tampouco de um espaço adequado ao beneficiamento ou a transformação do produto para agregar valor.

6 OBSTÁCULOS DO DESENVOLVIMENTO APÍCOLA NO ARARIPE

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais¹² identificou 13 estabelecimentos formais e 13 informais no Araripe; a partir desse levantamento, verificou a existência de 700 empregos formais diretos, 2000, formais indiretos, 300, informais diretos, e 2000, informais indiretos. A apicultura, mesmo sendo uma atividade crescente em termos de emprego e renda no Estado, apresenta elevado grau de informalidade em relação a outros setores agropecuários.

A ONG Chapada, entidade articuladora do Araripe, realizou em 2006 um diagnóstico com 274 apicultores de nove municípios, Araripina, Bodoó, Exu, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade, que buscou traçar o perfil socioeconômico e educacional dos apicultores e verificar o manejo da atividade apícola na região. Constatou-se que aproximadamente 72% têm baixo nível de instrução escolar, 20,8% não são alfabetizados, e 51% não possuem o primeiro ano do ensino fundamental completo. Apenas 11,6% têm ensino médio completo, e menos de 5% estão cursando ou cursaram o ensino superior. Esse perfil dos apicultores dificulta a possibilidade de inserção de novas tecnologias e conhecimento para melhoria da produção e do manejo, visto que a produção de outros produtos apícolas exige maior conhecimento de técnicas extensionistas.

Considerando um horizonte de tempo de aproximadamente duas décadas de produção de mel no Araripe, incluindo as várias ações promovidas por entidades para formação, a exemplo do SEBRAE-PE, atuando desde 2001, poderíamos esperar maior tempo de experiência dos apicultores. Segundo a Chapada (2006), 62,8% dos apicultores têm até três anos de experiência em apicultura, 30% têm até um ano, 24%, entre um e dois anos; 8,4%, três anos de experiência; e 14,6% têm 10 ou mais anos de experiência. Observa-se que essa região necessita de maior número de trabalhadores qua-

lificados, principalmente com a atividade de exportação em Pernambuco, que é muito recente, e exige um novo perfil dos empreendimentos.

O início da atividade apícola é de fácil implementação, mas sua continuidade e sua melhoria necessitam da aquisição de equipamentos, de qualificação e de assessoria técnica, principalmente devido ao acirramento da competição, e não devem ser somente consideradas as empresas da própria região, mas também os empreendimentos dos arranjos produtivos vizinhos. No Piauí os impostos são menores do que em Pernambuco, e há mais políticas de incentivo aos arranjos do mel; em consequência, muitos dos apicultores repassam seu produto para as empresas do próprio Estado, afora isso, a falta de empresas compradoras de mel em Pernambuco (VELOSO FILHO, 2006; CHAPADA, 2006). A atividade apícola racional exige mais do produtor e da qualidade de seu produto. CHAPADA (2006) verificou que 37% dos apicultores não têm equipamentos adequados para extração do mel, 23% usam equipamentos da associação, e 27% têm equipamento próprio. A promoção de políticas de formação precisa estar intrinsecamente ligada a investimentos e projetos de inovação, que poderão: aumentar, diversificar e perpetuar a produção apícola do Araripe.

O Governo de Pernambuco, que está apoiando os APLs no Estado a partir do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado de *Pernambuco*, elaborou, por meio do PRORURAL/SEPLAG,¹³ matriz de avaliação SWOT¹⁴ do APL de Apicultura do Araripe, para verificar que ações possuem gargalos ou fatores de desenvolvimento para esse setor econômico. Essa ferramenta permite verificar o cenário e as tendências do território e da atividade produtiva do local, assim como o ambiente institucional que forma o arranjo. Os pontos fortes e fracos analisam os aspectos internos inerentes aos próprios atores do arranjo; as oportunidades e ameaças configuram o ambiente externo, mas que não dependem dos atores do arranjo.

A partir da matriz, observou-se que as unidades de beneficiamento e comercialização de mel nos municípios de Trindade e Araripina não estavam em funcionamento. E essas e outras instalações seriam inadequadas para o beneficiamento do mel. Dessa forma, grande parte da produção vai para outros estados, inclusive o Piauí. Porém, essas saídas não são computadas nem geram divisas para o Estado. A alta carga tributária também estava diminuindo a competitividade de Pernambuco em relação a outros estados do Nordeste (PERNAMBUCO, 2008). No entanto, no final de 2009 foi sancionada a Lei n. 13.993, que concede crédito presumido de 12% do ICMS para operações interestaduais de venda do produto por cooperativas ou produtores (PERNAMBUCO, 2009). Essa iniciativa poderá diminuir es-

sas evasões e também tornar o mel pernambucano mais competitivo, além de possibilitar maior ganho sobre o valor do produto.

Outro ponto fraco observado está no baixo consumo diário de mel como alimento, o que direciona o produto para exportações, em detrimento da demanda interna, que, por sua vez, potencializa-se como uma oportunidade que poderá ser estimulada por intermédio de propaganda e programas que incentivem o consumo de mel na merenda escolar (PERNAMBUCO, 2008).

Uma ameaça identificada está na desarticulação da cadeia produtiva, que também facilita a atuação de atravessadores, desqualificando e elevando o valor do produto para o consumidor final. Essa ameaça é precedida da falta de produtores com conhecimento de gestão administrativa e de assistência técnica constante. As ações isoladas das instituições públicas e privadas contribuem para diminuir a articulação da cadeia produtiva (PERNAMBUCO, 2008).

A realização de ações e políticas para suprir esses gargalos possibilitará ao APL no Araripe crescer sustentavelmente, ou seja, planejando o manejo da produção de forma ecológica e equilibrada, criando condições para que as gerações futuras possam continuar utilizando os recursos naturais da região; em consequência aumentará e garantirá a segurança alimentar dos produtores e consumidores, e também a segurança de renda do apicultor, que é responsável por produzir, processar e comercializar uma crescente quantidade de mel e também de gerenciar o processo de produção de forma efetiva e sustentável.

7 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MEL NO BRASIL, NO NORDESTE, EM PERNAMBUCO E NO ARARIPE

A produção de mel no Brasil elevou-se em uma década até o ponto de ter uma relativa e importante participação no mercado internacional, alcançando a 10ª posição mundial em volume de produção, com 37,8 mil toneladas, e 9º exportador com 18,2 mil toneladas (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2008). Tal fato decorreu de diversos fatores, entre eles, uma crise de oferta no início dos anos 2000, provocando mudança no cenário do mercado, pois os maiores produtores mundiais de mel, China¹⁵ e Argentina, diminuíram significativamente o volume de sua produção e de exportações. A China teve, por consequência, restrições na comercialização no mercado estadunidense e europeu; neste último a comercialização foi proibida devido à contaminação com antibióticos. Para a Argentina, o embargo veio dos Estados Unidos, sob a alegação de distorções no preço do produto, o que gerava um grande desconforto ao mercado produtor interno americano (ARAÚJO, 2006; VELOSO FILHO, 2006).

A Argentina, que atendia principalmente ao mercado estadunidense, passou a direcionar seu produto para o mercado europeu, que estava com a demanda em alta, com a falta do mel da China. Outro fator que explica o aumento do consumo, em parte, é a tendência mundial por produtos alimentícios orgânicos, livres de resíduos de agrotóxicos (ARAÚJO, 2006), facilitando sua expansão e possibilitando maior abrangência em mercados locais, regionais e nacionais no mundo. A diminuição da produção chinesa possibilitou ao Brasil galgar o mercado internacional, passando de importador para exportador.

A Food and Agriculture Organization (2008) apresenta um ranking dos maiores produtores mundiais de mel: em 2008 a liderança era da China, 1º, com 367,2 mil toneladas e da Argentina, 2º, com 81,3 mil toneladas, três vezes menor do que a produção chinesa. Contudo, é a Argentina, como veremos na próxima subseção, a maior exportadora mundial, seguida de perto pelos chineses. O abalo no equilíbrio do comércio internacional de mel possibilitou apenas novos entrantes no mercado, mas não tirou desses dois países a liderança na produção e nas exportações.

A produção de mel até os anos 1990 atendia principalmente ao mercado interno, com a expansão da atividade para o Sertão Nordestino, que se configurou na segunda região com maior produção de mel no Brasil, superando o Sudeste, que praticamente estagnou sua produção. Em 2010, o Nordeste respondeu por 34,5% da produção nacional. Em 1994, o país produziu 17.514 toneladas; 10 anos depois, a produção mais que duplicou, passando para 38.017,4 toneladas, um incremento de 257% (IBGE, 2010).

Analisando dados da Produção Pecuária Municipal (IBGE, 2010), verifica-se que os Estados do Ceará, do Piauí, e da Bahia são os maiores produtores de mel do Nordeste, seguidos de Pernambuco. Mas é o Piauí o principal destaque, pois desde os anos 1980 é um dos principais produtores do Nordeste, em 1984, sua participação regional era 53,2%, e, nacional 12,6%. Em 2010, essa participação diminuiu para 24,8% no Nordeste, e 8,6% no Brasil. Segundo Araújo (2006, p. 32), o Piauí tem um papel de vanguarda na produção de mel, mas seu desenvolvimento também incentivou o surgimento de outras áreas de produção, a exemplo da mesorregião do Araripe.

Tabela 1 – Evolução da produção do mel de Pernambuco, mesorregiões e microrregiões do Sertão, 2003-2010 (unidade, toneladas)

Estado, Mesorregiões e Microrregiões	2003		2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Pernambuco	653,4	100	2.094,4	100
Sertão	429,8	65,8	1.947,06	92,97
Araripina	296,52	45,4	1.560,10	74,49
Salgueiro	25,5	3,9	35,65	1,85
Pajeú	6,22	1,0	52,26	2,50
Sertão do Moxotó	101,6	15,5	299,05	14,28
São Francisco	10,9	1,7	18,70	0,89
Agreste	64,6	9,9	81,57	3,89
Zona da Mata	9,1	1,4	8,27	0,39
Metropolitana do Recife	139,1	21,3	38,80	1,85

Fonte: IBGE (Pesquisa Pecuária Municipal), 2003-2010.

Na Tabela 1, as duas regiões destaques de produção de mel, Araripina e Sertão do Moxotó, enquanto a primeira elevou significativamente sua participação na produção de mel em Pernambuco, 45,4% em 2003 para 74,5% em 2010, o Sertão do Moxotó teve uma leve queda, 15,5% para 14,3%, no entanto, ambos correspondem a aproximadamente 90% de toda produção estadual. No sentido inverso, a Região Metropolitana de Recife diminuiu de 21,3% (2003) para menos de 2% (2010). Essa diminuição se deve ao fortalecimento institucional, principalmente no Araripe, e à preferência pelas condições favoráveis da caatinga do Sertão no manejo dos apiários, bem como a proximidade de outros polos apícolas de Estados vizinhos, a exemplo do Ceará e do Piauí. O Sertão pernambucano contribuiu em 2010 com aproximadamente 93% da produção, confirmando (e consolidando) seu fortalecimento.

8 EXPORTAÇÕES DE MEL NO BRASIL, NO NORDESTE E EM PERNAMBUCO

O Brasil exporta desde os anos 1970, mas de forma incipiente e irregular; necessitava compensar sua demanda interna com importações, assim

também durante toda a década de 1990. Somente a partir de 2001, quando sua produção supera a demanda interna, começa a exportar mais, superando também as importações, e aparece como um dos 20 maiores produtores mundiais.

Sobre as exportações mundiais de mel natural de 2000 a 2010, entre os principais produtores-exportadores e consumidores, a partir de dados disponíveis em FAO (2008) e da SECEX/MDIC (2010), observa-se que, em 2000, o Brasil participa timidamente, com pouco mais de 300 mil dólares nas exportações, mas as dificuldades apresentadas no mercado entre 2002 e 2004, e também o aumento da demanda por produtos orgânicos abrem uma oportunidade para se lançar no mercado, aumentando suas exportações. Estas crescem rapidamente, entre 2000 e 2002, atingindo o valor de 23,1 milhões; em 2003 esse valor praticamente dobra em relação ao interior (45,5 milhões). No entanto, em 2005, as exportações caem mais do que 50%, recuperando-se um pouco nos anos posteriores. Passada a crise de oferta perpetrada pela China e pela Argentina, os países que aproveitaram os ganhos do período sofreram queda nas exportações. O Brasil se consolidou no mercado, atendendo à demanda interna e conseguindo exportar mel de qualidade, despontando como um dos melhores nessa produção. Um país, que anteriormente dependia das importações para suprir a procura interna, observou esse cenário se inverter em pouco mais de uma década.

O Estado de Pernambuco, nos anos 1990, era abastecido por importações de mel; na medida em que sua produção aumentava, a necessidade de importação diminuía, até que, no início do Século XXI, não importava mais o produto, e também não o exportava, sendo atendido pela própria produção interna. Com a expansão da produção no Brasil, para fins de exportação, Pernambuco também seguia a tendência e ampliava sua pauta de exportações de bens agropecuários com a inclusão do mel, respondendo à significativa importância do Sertão como principal produtor do Estado, que teve sua participação na produção de mel ampliada de 429,8 toneladas (65,8%) em 2003 para 1.947,06 toneladas (93%) em 2010; respectivamente, no mesmo período, a região do Araripe (microrregião de Araripina) ampliou sua participação de 296,5 (45,4%) para 1.1560,1 toneladas (74,5%), consolidando-se como a principal região produtora de mel de Pernambuco (IBGE, 1991-2010).

A Tabela 2 mostra que as exportações de mel de Pernambuco, após as primeiras experiências em 1989 e 1991, reiniciaram-se com cerca de 150 toneladas em 2006, mas caíram para 37 toneladas em 2007 e 2008. Por sua vez, em 2009 e 2010 não houve exportação; entre as possibilidades para esse breve período de exportações, aponta-se a falta de competitividade do mel pernambucano frente ao Piauí, ao Ceará e ao Rio Grande do Norte, que dispõem de mais incentivos fiscais e investimentos para alcançar o padrão de qualidade exigido

no mercado exterior; além disso, a ascensão de Pernambuco nas exportações estava atrelada a uma crise externa por parte dos principais países produtores.

Sobre a produção, observa-se que, no período de 2005 e 2009, houve um pequeno aumento, que possivelmente está se estabilizando; o que pode explicar essa desaceleração é a falta de inovações tecnológicas e qualificação do trabalhador para gerar melhores resultados de produtividade. Esses valores informam a necessidade de seguir evoluindo e investindo no mel, mas principalmente na inovação de outros produtos apícolas para não depender de um único produto, fortalecendo, com isso, a atividade nos momentos de crise.

Tabela 2 – Balanço das Exportações e Importações e Produção de Mel em Pernambuco, 1989 a 2010 (unidade, toneladas)

Ano	Exportação	Importação	Produção
1989	252,0	0,0	111,9
1990	0,0	0,0	127,4
1991	16,8	112,35	113,5
1992	0,0	74,1	105,4
1993	0,0	108,6	47,1
1994	0,0	92,42	84,9
1995	0,0	108,97	119,3
1996	0,0	93,6	142,1
1997	0,0	47,53	151,7
1998	0,0	43,68	96,9
1999	0,0	34,44	101,3
2000	0,0	0,0	344,3
2001	0,0	0,0	320,1
2002	0,0	0,0	575,0
2003	0,0	0,0	653,4
2004	0,0	0,0	883,2
2005	0,0	0,0	1.028,8
2006	151,37	0,0	1.161,6
2007	37,06	0,0	1.176,9
2008	37,95	0,0	1.382,1
2009	0,0	0,0	1.774,7
2010	0,0	0,0	2.094,4

Fonte: SECEX/MDIC, 1991-2010; IBGE (Pesquisa Pecuária Municipal), 1991-2010.

Desde 1999, não são realizadas importações de mel para Pernambuco, provavelmente devido ao aumento de produtividade a partir de 2000, que criou condições para o Estado atender a sua demanda de consumo interno. Esse fato corrobora a tendência observada no cenário nacional (Tabela 3), que teve aumento progressivo da produção, e diminuíram inversamente às importações até não haver mais nenhuma a partir de 2008.

Tabela 3 – Consumo, produção, exportações e importações de mel do Brasil, 1990-2010 (unidade, toneladas)

Ano	Consumo	Produção	Exportações	Importações
1990	18.900	16.181,29	34,9	2.740,8
1994	18.300	17.514,37	510,7	1.313,3
1996	23.700	21.172,87	6,2	2.531,8
1998	20.700	18.308,49	16,6	2.420,3
2000	21.900	21.865,14	269,1	287,2
2001	20.000	22.219,68	2.489	254
2002	11.400	24.028,65	12.643	49,6
2003	4.700	30.022,40	19.273	17,2
2004	–	32.290,46	21.037	38,4
2005	–	33.749,67	14.447	18,3
2006	–	36.193,87	14.601	17,5
2007	–	34.747,12	12.907	3,6
2008	–	37.791,91	18.271	0,0
2009	–	38.764,23	25.987	0,0
2010	–	38.017,40	18.632	0,0

Fonte: FAO, 1990-2003; IBGE (Pesquisa Pecuária Municipal), 1990-2010; SECEX/MDIC, 1990-2010.

A Tabela 3 compara as exportações e importações com o consumo e a produção no Brasil. Em 2002, o País exporta 52,5% ,12,6 mil toneladas, mas é a partir desse ano também que o consumo interno diminui, de 20 mil toneladas em 2001 para 11,4 mil em 2002. Há duas explicações possíveis para isso, a primeira se refere aos preços elevados, que, até antes da crise de oferta, mantinha-se paritário de um dólar por quilograma (VELOSO FILHO,

2006). A segunda seria a especialização da produção voltada para os negócios, principalmente as exportações, incentivadas pelos altos preços.

Verifica-se que as importações atendiam antes à demanda por consumo, já que o volume de produção era insuficiente; a partir de 2002, o mel importado passa a atender a uma demanda muito pequena. As exportações, incipientes no início dos anos 1990, tornam-se, na virada do século XXI, um grande produto de exportação brasileiro, inclusive para os Estados nordestinos.

No caso de Pernambuco, as primeiras experiências com exportação de mel ocorrem brevemente no final dos anos 1980, por intermédio de programas do Governo (PERNAMBUCO, 2008). Somente em 2006, Pernambuco e a região do Araripe reiniciam sua participação na pauta de exportações de mel brasileiro, fortalecendo a importância desse arranjo produtivo. Observa-se que esse fato ocorre três anos após o auge das exportações brasileiras, exatamente em um momento de queda.

O que explicaria como esse fato se tornou possível são as ações e políticas implementadas por entidades governamentais e ONGs em Pernambuco, principalmente no Sertão do Araripe, Chapada, Caatinga e outras, com introdução de novas técnicas e manejos, com base na nova Assistência Técnica e Extensão Rural, Ater, Decreto n. 4.739, de 13 de junho de 2003, propondo principalmente uma transição do antigo modelo difusionista para outro que possa:

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004, p. 7).

O acesso à formação, principalmente voltada para inovação produtiva, ao crédito, à assistência técnica e a projetos de inovação, como também o processo associativo, estão possibilitando, a essa região, entrada em um mercado competitivo e oscilante, mas também do ponto de vista local, tornam-se elementos fundamentais para a melhoria do bem-estar e das condições de vida da população. Embora possam ser observados aspectos de avanço, ainda assim, a capacidade inovativa da produção e fortalecimento do arranjo institucional ainda estão em um estágio incipiente nesse território.

9 CONCLUSÃO

O trabalho contribuiu para uma melhor gestão pública para APLs da agropecuária do Estado. O estudo tratou da situação do comércio e produção de mel do APL de Apicultura do Araripe (PE). Foram analisadas e discutidas questões relacionadas ao potencial de crescimento do comércio e produção de mel do Arranjo Produtivo Local (APL) de Apicultura do Araripe em Pernambuco e procura respostas para o seguinte questionamento: 1) Em que medida o crescimento da produção de mel na região do Araripe em Pernambuco acompanhou a dinâmica das exportações brasileiras desse produto?; 2) Quais as contribuições das instituições públicas e privadas para o crescimento dessa atividade na região do Araripe?; e, 3) Quais os desafios com que o APL do Mel do Araripe se defronta atualmente?

Sobre o Sertão do Araripe, verificou-se que é um privilegiado espaço especializado com diversas atividades produtivas, com destaque para o gesso e a apicultura. A criação de abelhas encontra ali condições apropriadas para o seu desenvolvimento, mas também foram as oportunidades recentes abertas no mercado internacional, no qual os principais produtores e exportadores – China e Argentina – diminuíram sua participação no início dos anos 2000. A proximidade com outros arranjos produtivos também auxiliou no fomento do crescimento e consolidação dessa região como principal produtora de Pernambuco.

Verificou-se que o rápido crescimento das exportações brasileiras, no início deste século, estava ligado primeiro ao aumento gradual da produção de mel desde os anos 1970, particularmente no Nordeste. O segundo motivo está na formação das relações institucionais territoriais, que estão promovendo novas ações e políticas na região, capacitando desde agricultores familiares e introduzindo novas técnicas de manejo para melhorar a produtividade e a qualidade do mel. Por fim, a crise de mercado gerada pelos embargos dos principais países consumidores, em razão dos problemas advindos das produções de mel da China e da Argentina, providenciou o fortalecimento do Brasil como importante exportador mundial. Essa abertura deu margem ao Estado de Pernambuco exportar por três anos consecutivos (2006, 2007 e 2008), mas não foi o suficiente para que este se tornasse mais competitivo frente aos principais produtores e exportadores nordestinos, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, e criasse uma base exportadora; inclusive sua participação foi incipiente, apenas 13% do que produziu foi exportado em 2006 e 3% em 2007 e 2008, demonstrando que o mel pernambucano precisa ampliar os investimentos e promover mais incentivos, principalmente na inovação tecnológica, além de tecer mais as relações entre as instituições envolvidas.

A apicultura possui grande potencial econômico em razão da diversidade de produtos e derivados que podem ser extraídos do mel beneficiado e industrializado, o que permitirá promover maior agregação de valor. No entanto, este potencial está mal aproveitado, em decorrência da falta de conhecimento técnico especializado dos apicultores e da falta de condições para o processamento e o armazenamento do mel. Essa deficiência acarreta um produto que não pode ser aproveitado para a exportação. Uma das alternativas dos apicultores do Araripe para comercializar o mel a preços mais competitivos é levar o produto para regiões mais próximas, como o Piauí, com mais incentivos, principalmente fiscais. Para reverter essa situação, o Governo do Estado de Pernambuco aprovou a Lei n. 13.993/2009, reduzindo em 12% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Pernambuco também está investindo na melhoria e na ampliação do chamado Corredor Logístico, inclusive com a construção da Ferrovia Nova Transnordestina que corta o Sertão do Araripe passando por Trindade – ligando-se à futura Plataforma Logística Multimodal que está sendo construída em Salgueiro e aos Portos de Pecém (Ceará) e de Suape (Pernambuco), trazendo a possibilidade de baixar os custos de transporte e de aumentar o volume de mel com acesso aos principais mercados inter-regionais e internacionais.

O desafio é diversificar a produção apícola, despendendo recursos financeiros para pesquisas científicas, compra de instrumentos e equipamentos adequados, qualificação profissional e empresarial agregando valor a outros bens. No entanto, existem diversas barreiras para a melhoria da diversidade e da produção intensiva da apicultura no Araripe, desafios que precisam ser discutidos e convertidos em ações e políticas por parte das instituições que atuam no desenvolvimento local. Mas, se ações como as do Centro Vocacional Tecnológico da Apicultura e as da Unidade de Beneficiamento, entre outras ações e políticas não funcionarem como tem sido até agora, continuarão se perpetuando a escassez de crédito, a infraestrutura, a mão de obra qualificada e a inovação, impedindo mudanças socioeconômicas positivas para a região. É preciso criar ações mais efetivas, que fortaleçam o arranjo institucional existente para que estes possam conduzir as políticas que consolidem o mel do Araripe no mercado internacional e não se tornem apenas uma resposta efêmera para uma crise. Esses obstáculos precisam ser superados com rapidez, para que esse APL não perca em competitividade para outros estados.

A divulgação de produtos que não são necessariamente associadas a algum tipo de marca dificulta o estímulo do consumo, como os agropecuários, principalmente no mercado brasileiro, pois propagandas para incenti-

var o consumo mel é irrisória ou inexistente. Geralmente as empresas têm recursos escassos e dependem do apoio do Poder Público para realizar o marketing dos produtos, porém, estes recursos públicos também são insuficientes. Além do mais, o mel e outros produtos apícolas estão mais associados à utilização com medicamentos naturais, inclusive grandes farmacêuticos produzem diversos tipos utilizando esses produtos como componentes principais. Diversos países promovem campanhas intensas nos principais meios de comunicação dos maiores importadores para estimular não apenas o consumo, mas também a “marca” ou procedência do mel, utilizando selos e certificações para a identificação geográfica de origem. Essa seria uma ideia que poderia ser mais fortemente trabalhada em Pernambuco.

As informações são subliminares, contudo, o caminho que elas percorrem entre os atores do APL precisa ser melhor desenhado e coordenado, pois podem ser definidoras de estratégias de comércio e políticas de desenvolvimento local mais adequadas. Em suma: a pesquisa constatou que, embora haja condições favoráveis para o crescimento comercial e produtivo do mel, há entraves para a inovação e a expansão desse comércio, principais condicionantes de seu crescimento, especialmente o externo, o qual se expressa em a uma dinâmica modesta e inferior ao seu potencial, portanto, insatisfatória. Isso requer uma intervenção institucional mais efetiva com vistas à política específica para o APL, como: políticas de crédito e incentivo à inovação tecnológica para alcançar a qualidade do mel exportável certificado.

CONDICIONANTES DEL CRECIMIENTO EN EL ARREGLO PRODUCTIVO LOCAL DE LA APICULTURA EN LA REGION DEL ARARIPE, PERNAMBUCO

Resumen

Este artículo examina las cuestiones relacionadas con el potencial del crecimiento del comercio y la producción de miel del Arreglo Productivo Local (APL) de apicultura del Araripe en Pernambuco y busca las respuestas de las siguientes preguntas: 1) ¿En qué medida, el crecimiento de la producción de miel en la región del Araripe, en Pernambuco, seguido de la dinámica de las exportaciones brasileñas de este producto?; 2) ¿Cuáles son las contribuciones de las instituciones públicas y privadas para el crecimiento de esta actividad en la región del Araripe?; y, 3) ¿Cuáles son los retos que la APL de Miel del Araripe enfrenta hoy en día? Hemos adoptado la perspectiva de la teórica y metodológica RedeSist / IE / UFRJ adecuado para estudios del caso de APLs y Políticas Públicas. En este sentido desarrolló un análisis descriptivo con el apoyo de la investigación bibliográfica y documental, datos secundarios encuestadas por el IBGE, SECEX/MDIC, FAOSTAT y informes de instituciones de investigación. En conclusión, la investigación encontró que, aunque existen condiciones favorables para el crecimiento comercial y la producción de miel, existen barreras a la innovación y la expansión de este comercio, los principales

determinantes en su crecimiento, especialmente la externa, que se expresa en una dinámica y modesta por debajo de su potencial, por lo tanto, insatisfactoria. Esto requiere de una intervención institucional para una política más eficaz, específico para el APL, como las políticas de crédito y fomento de la innovación tecnológica para lograr la calidad de miel exportable certificado.
Palabras clave: Apicultura. Arreglo productivo local. Araripe. Mel. Exportaciones.

Notas explicativas

1 O CHAPADA está localizado em Araripina, Sertão do Araripe, PE (www.chapadararape.org.br).

² Mel natural de abelha é um produto obtido da colmeia, com o mínimo possível de manipulação por parte do homem, de modo que se mantenham suas características de produto natural (ARAÚJO, 2006, p. 27).

³ Produtos, de origem animal ou vegetal, que não utilizam aditivos químicos ou hormônios sintéticos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

⁴ O uso do termo “polo” aqui não se refere à teoria dos polos de crescimento do pesquisador francês François Perroux, e sim a uma denominação dada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), como forma de descrever o município de maior dinâmica econômica e desenvolvimento num determinado território ou região.

⁵ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (www.agricultura.gov.br).

⁶ Ministério da Ciência e Tecnologia (www.mct.gov.br).

⁷ Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.mda.gov.br).

⁸ Ministério da Integração Nacional (www.integracao.gov.br).

⁹ O CAATINGA está localizada em Ouricuri, região do Araripe (www.caatinga.org.br).

¹⁰ O CECOR é localizado em Serra Talhada, região do Sertão Central (www.cecor.org.br).

¹¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (www.pronaf.gov.br).

¹² Grupo de Trabalho Permanente sobre Arranjos Produtivos Locais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

¹³ Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural/Secretaria de Planejamento e Gestão (www.prorural.pe.gov.br).

⁴ É um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

¹⁵ Em 2005, 21,5% do mel produzido em todo o mundo era chinês, correspondente a 298 mil toneladas, enquanto o segundo e terceiro lugares – Turquia e Argentina, respondiam cada um com 6% da produção mundial, o que demonstrou quão distanciada está a produção da China em relação aos demais. O Brasil produziu 25 mil toneladas no mesmo período, ficando na 15^o posição do ranking.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tarcisio Patricio (Org.). Demanda por microcrédito em três arranjos produtivos de Pernambuco: Apicultura, bacia leiteira e caprinocultura. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2006.

BARROS, Alexandre Rands. Apicultura: Relatório setorial integrante do Projeto “Economia de Pernambuco: Uma Contribuição para o Futuro”.

Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Planejamento, PRO-MATA. Recife, 2005. Disponível em: <http://www2.cedes.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=14276&folderId=206515&name=DLFE-13565.doc>. Acesso em: 20 abr. 2011.

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coord.). Cadeias Produtivas de Flores e Mel. Brasília, DF: IICA: MAPA/SPA, 2007. (Agronegócios, v. 9).

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CENTRO DE HABILITAÇÃO E APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR DO ARARIPE. Diagnóstico de Apicultura no Araripe. Setembro a novembro de 2006. Disponível em: <<http://parceriasagroecologicas.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2009.

ERBER, Fabio Stefano. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. Belo Horizonte: Nova Economia, n. 18, p. 11-32, jan./abr. 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Statistical databases: agriculture. Vários anos. Disponível em: <<http://faostat.fao.org>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

GUIMARÃES, V. et al. “Convergências e Complementaridades da Corrente Neo-Schumpeteriana com o Pensamento Estruturalista de Celso Furtado”. In: SABOIA, J.; CARDIM, F. Celso Furtado e o Século XXI. São Paulo: Manole, 2006.

IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. Pesquisa da Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: vários anos. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2011.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. (Coord.). Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos. RedeSist, 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P4/Ampli/Gloss%E1rio%20RedeSist.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

MARSHALL, Albert. Princípios de Economia. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. MDA/SAF/Dater, 2004. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/Pnater.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR; GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. Levantamento institucional de APLs – 2008. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1210773084.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Economia Solidária – Outra economia acontece. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social, 2006.

PAIVA, Carlos Águedo. O que são sistemas locais de produção (e por que eles são tão importantes na estratégia de desenvolvimento do governo democrático e popular no Rio Grande do Sul). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1., 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: FEE, 2002. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/ecg/>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

PATRIOTA, Gonzaga. Região do Araripe precisa de matriz energética. (Pronunciamento). 24 mar. 2009. Disponível em: <http://gonzagapatriota.com/site/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=168>. Acesso em: 18 jan. 2010.

PAULA, Juarez de. Mel do Brasil: as exportações brasileiras de mel no período 2000/2006 e a contribuição do Sebrae. Brasília, DF: Sebrae, 2008. 98 p.

PAULA NETO, Francisco Leandro de.; ALMEIDA NETO, Raimundo Moreira. Apicultura nordestina: principais mercados, riscos e oportunidades. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. 78 p. (Série Documentos do ETENE, n. 12). Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=5>. Acesso em: 22 dez. 2010.

PERNAMBUCO (Estado). Decreto n. 26.055, de 23 de outubro de 2003. Regulamenta o Projeto de Proteção Ambiental da Região do Araripe no Estado de Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Pernambuco, 24 out. 2003.

_____. Lei n. 13.993, de 21 de dezembro de 2009. Concede crédito presumido do ICMS nas saídas interestaduais de mel de abelha promovidas por produtor ou cooperativa de produtores. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Pernambuco, 22 dez. 2009.

_____. Programa Integrado de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – diagnósticos e propostas preliminares. Recife, 2008.

_____. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Região do Araripe: diagnóstico florestal. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

ROCHA, Jean Samel. Apicultura. Niterói: Programa Rio Rural – Manual Técnico n. 5, jul. 2008.

SEBRAE. Projeto: Desenvolvimento da Apicultura no Araripe. 2008. Disponível em: <http://www.sigeor2008.sebrae.com.br/projeto.asp?cd_projeto=688>. Acesso em: 15 out. 2009.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Estatísticas de exportação e importação de mel natural. 2010. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SILVA, Roberto Henrique Dias da. Sistema de Produção integrado da apicultura com ovinocaprinocultura em áreas de caatinga. In: SEMINÁRIO NORDESTINO DE PECUÁRIA – PECNORDESTE, 12., 2008, Fortaleza.

Anais... Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.pecnordeste.com.br/pec2008/pdf/api/Roberto_Henrique_Dias.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2010.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: O que o pode o poder local? In: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos do IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, ano 15, n. 2, ago./dez. 2001; ano 16, n. 1 jan./jul. 2002.

VARGAS, Marco Antonio. Proximidade territorial, aprendizado e inovação: Um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil. 2002. Tese (Doutorado em Economia)–Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.neitec.ufsc.br/cd_relatorio/projeto_pesquisa/metodologia.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2009.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis et al. Estudo dos arranjos produtivos de mel e produtos apícolas de Picos e Teresina (Piauí): principais resultados e implicações de políticas. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José F. Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

Recebido em 12 de abril de 2012

Aceito em 2 de julho de 2012